

# “Ainda estou aqui”: análise do Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura

“I’m still here”: an analysis of the Cycle of Memories of Social Work during the Dictatorship

Graziela Scheffer\*  

Karla da Silva Apolinario\*\*  

Sara Beatriz Silva de Oliveira\*\*\*  

**Resumo:** O artigo apresenta o resultado da ação extensionista denominada “Ciclo de Memórias Serviço Social na Ditadura Civil-Militar”. A extensão é derivada da pesquisa sobre o Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro no período de 1964-1985. As ações foram realizadas no formato de ciclo de debates por meio de depoimentos de estudantes, docentes e profissionais cujas experiências formativas e/ou profissionais ocorreram no período ditatorial. Este estudo incidiu na análise de 6 depoimentos realizados nas atividades. Os procedimentos utilizados para realização das ações extensionistas envolveram o contato via correio eletrônico contendo a carta-convite, o termo de consentimento informado e roteiros organizados a partir dos eixos da investigação sobre a incidência das lutas democráticas na profissão. Entendemos que os depoimentos foram uma importante estratégia pedagógica de resgate das memórias coletivas acerca das formas das resistências profissionais na ditadura civil militar. A memória profissional foi uma estratégia pedagógica de sensibilização da consciência histórica junto ao segmento acadêmico.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Consciência Histórica; Ditadura; Memória Coletiva.

**Abstract:** This article presents the results of an extension action called “Cycle of Memories of Social Service during the Civil-Military Dictatorship”. The extension is derived from research on Social Service and democratic struggles in Rio de Janeiro between 1964 and 1985. The actions were carried out in the format of a debate cycle through testimonies from students, teachers and professionals whose formative and/or professional experiences occurred during the dictatorship. This study focused on the analysis of 6 testimonies given during the activities. The procedures used to carry out the extension actions involved contact via e-mail containing the invitation letter, the informed consent form and a script organized based on the axes of the investigation on the incidence of democratic struggles in the profession. We understand that the testimonies were an important pedagogical strategy for recovering collective memories about the forms of professional resistance during the civil-military dictatorship. Professional memory was a pedagogical strategy for raising awareness of historical awareness among the academic segment.

**Keywords:** Social Work; Historical Consciousness; Dictatorship; Collective Memory.

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: graziela.uerj@gmail.com

\*\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: karla.s.apolinario@gmail.com

\*\*\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sbeatriz020@gmail.com

## Introdução

O título do artigo faz referência ao filme brasileiro *Ainda estou aqui*<sup>1</sup> que ganhou, em 2025, o tão cobiçado Oscar hollywoodiano, abordando as memórias dos familiares dos/as desaparecidos/as na ditadura civil-militar e a luta por justiça na responsabilização do Estado brasileiro. A memória hegemônica<sup>2</sup> sobre a ditadura brasileira não foi amplamente compartilhada pela maioria da sociedade. A Lei de Anistia (1979), significou o silenciamento e a impunidade. Essa lei foi um evento emblemático que circunscreveu a memória sobre a ditadura, no sentido que impôs limites para a investigação e punição de violações a direitos humanos praticados nesse período, deixando marcas que até hoje não foram superadas plenamente (Napolitano, 2022). Sob esse fio de memória das feridas ainda abertas das violações aos direitos humanos, o filme tece uma interessante metáfora acerca da memória na sociedade brasileira ao retratar a jornada de Eunice Paiva em busca pela verdade do desaparecimento do seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva. Avançando, no fim da vida da protagonista, na atualidade da sociedade brasileira, Eunice Paiva é apresentada com a doença Alzheimer, tendo breves lampejos de lembranças do marido enquanto assiste uma matéria jornalística sobre Comissão da Verdade na TV. O filme é representativo da luta por memória, verdade e justiça, incentivando o debate na sociedade brasileira sobre a necessidade de lidar com as injustiças ocorridas no regime militar.

Mesmo passados 40 anos da ditadura civil-militar, ainda persistem as heranças autoritárias que se evidenciam na polarização social no cenário político brasileiro. É nesse contexto fecundo de conflitos e disputas em torno das memórias na ditadura que desenvolvemos a atividade extensionista<sup>3</sup> denominada, “Ciclo de Memórias sobre o Serviço Social na ditadura”. O objetivo da atividade foi debater expressões na profissão dos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1960-1980, visando contribuir no fortalecimento da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. As ações extensionistas ocorreram por meio de depoimentos de convidados que foram estudantes, professores e profissionais no

<sup>1</sup> O filme aborda através da trajetória de Eunice Paiva, esposa do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido e morto pela ditadura civil-militar, o roteiro toca em temas importantes relativos à memória e luta por justiça a partir do impacto da ditadura militar na vida de uma família e na sociedade brasileira. A obra oferece aos espectadores a possibilidade de refletir sobre o passado e a importância de não esquecer as violações na ditadura.

<sup>2</sup> A “memória hegemônica” pode ser definida como a narrativa sobre o passado que predomina na esfera pública, instituições político-jurídicas, imprensa, movimentos sociais, sistema artístico e sistema escolar de uma sociedade. Pode haver variáveis ideológicas entre estas instituições diversas, mas a tendência é ficar preservado um núcleo valorativo e ético para dar sentido social aos eventos que pautam a narrativa (Napolitano, 2015). Ademais, é importante salientar que a questão da memória sobre a ditadura brasileira é na atualidade uma arena de conflito e disputa.

<sup>3</sup> O Ciclo de Memórias é uma atividade de extensão derivada da pesquisa intitulada *Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro no período de 1964-1985*, submetida à Plataforma Brasil em 25 de agosto de 2023.

período da ditadura, abrangendo as décadas de 1960, 1970 e 1980. A extensão foi uma via de articulação entre o ensino e a pesquisa em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, circunscritas às reflexões sobre as incidências das lutas democráticas na profissão. Consideramos que a extensão é significativa ao tempo presente, ancorados aos visíveis ataques vivenciados à democracia brasileira, sendo essencial mobilizar a memória profissional enquanto uma via pedagógica para novas gerações profissionais alinhadas à defesa dos valores democráticos, considerando a necessidade de enfrentamento ao avanço das “(...) ideias e práticas conservadoras, reacionárias e fundamentalistas no Brasil e no mundo onde os mínimos direitos humanos de grupos historicamente excluídos têm sido violentados” (Alves, 2024, p. 92).

O artigo se estruturou em dois itens: no primeiro abordamos as concepções teóricas que orientaram as atividades extensionistas. No segundo, apresentamos a sistematização e a análise de trechos dos seis depoimentos realizados nos eventos extensionistas do ciclo de memórias.

### **“Tempo, compositor de destino”: Serviço Social, memória coletiva e consciência histórica**

E quando eu tiver saído  
Para fora do teu círculo  
(...) Não serei nem terás sido  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Ainda assim acredito  
Ser possível reunirmo-nos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Num outro nível de vínculo.  
(Oração do Tempo - Caetano Veloso, 1979).

829

Para Álvaro Vieira Pinto (1960) a consciência histórica permite desencadear um processo de compreensão da realidade social que contribui para que os sujeitos se situem no mundo e possam transformá-lo. Ainda em sua visão, a consciência histórica era essencial para a libertação dos oprimidos e para a construção de uma sociedade mais justa. A consciência que investiga a si mesma, tem como núcleo de todas as suas estruturas e reações esta propriedade: a de ser uma consciência histórica. Ou seja, a autopercepção do ser é histórico, sua representação é condicionada por uma circunstância objetiva constituída pelo real enquanto presente de um tempo histórico e, portanto, seus enunciados não possuem a vigência de verdades perenes, mas refletem o momento que lhe dá origem. Seguindo nessa trilha, Paulo Freire (1983), sob inspiração do mesmo autor, apresenta a mesma concepção de consciência histórica, porém apontando que a educação deveria favorecer este processo por meio do fortalecimento da capacidade de compreensão da realidade histórica e social dos oprimidos.

A consciência histórica, portanto, era vista enquanto instrumento de libertação, pois possibilita que os oprimidos reconheçam sua situação de opressão e se organizem para transformá-la. Sendo que a consciência histórica deveria ser desenvolvida por meio de uma educação dialógica, que envolvesse a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento. Portanto, uma abordagem pedagógica que permitisse que os sujeitos se apropriassem de sua história e não apenas objetos de uma história imposta. Para o autor:

(...) só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (Freire, 1983, p. 15).

Neste sentido, acreditamos que conhecer e dar visibilidade à história do Serviço Social, articulada à construção de uma política de memória e documentação histórica é essencial para projetar perspectivas profissionais diante dos desafios atuais, ou seja:

Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28).

Entretanto, cabe ponderar que consciência histórica, assim como a consciência de classe, apresenta limites, conforme aponta Iasi:

Não basta ter consciência das determinações históricas do mundo em que vivemos e a certeza de que podemos nos converter em sujeitos de uma nova sociedade; é preciso construir os caminhos práticos da emancipação nas condições históricas dadas (Iasi, 2022, p. 17).

Em nosso ponto de vista, o trabalho extensionista com base nos depoimentos profissionais vincula-se à concepção de memória coletiva, ou seja:

(...) um novo campo de significações para a memória coletiva. Esta se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, mas também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. O processo de registrar a história é imprescindível, uma vez que todos nós somos sujeitos históricos (Andrade *et al.*, 2024, p. 5).

Além disso, compreendemos que as atividades de extensão de memórias da ditadura criaram um espaço de troca de experiências entre passado e presente que possibilitou desencadear um processo de conscientização na formação profissional. Também, nesse sentido, favorece a construção de uma cultura histórica que privilegie a geração de novas experiências por meio da aprendizagem do conviver na diversidade humana, com vistas à preservação e fortalecimento da democracia brasileira, tão atacada na atualidade (Alves, 2024). Nesta trilha,

vinculamos os ciclos à função pedagógica desenvolvida pela profissão, que se insere no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, são ações formadoras de um modo de pensar, sentir e agir. Sendo que entre as estratégias de mobilização que o/a assistente social pode utilizar incluem-se a linguagem escrita e audiovisual, para impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, difundida pela mídia hegemônica empresarial e outros meios de comunicação (Abreu, 2009). Portanto, vai além de descrever o passado (Andrade *et al.*, 2024), mas valorizar a trajetória dos sujeitos que integram os movimentos sociais e o serviço social, possibilitando mediações com o presente e miradas para o futuro das lutas contra as opressões dentro e fora da profissão. Ademais, trabalhamos nos ciclos de memórias:

A unidade dialética entre a consciência que nos move e os muros de pedra que se apresentam como barreiras constituem os dois elementos da práxis daqueles que entenderam que fazem história, mas não a fazem como querem, nem em circunstâncias de sua escolha (Iasi, 2022).

Além disso, temos que reconhecer as disputas em torno das memórias, conforme aponta Gómez (2020). A questão da memória sobre a repressão da ditadura supõe reconhecer uma pluralidade de memórias no processo demorado e inacabado com acerto de contas com o passado violento, que agrupa diferentes sujeitos sociais e instituições estatais. Ou seja, são memórias que entram em confronto em seus sentidos e marcos interpretativos desse passado no tempo presente que aspiram tornar-se hegemônicas, de modo que, por sua historicidade, sofrem modificações nas próprias lembranças, esquecimentos e silêncios, produto das mudanças (políticas, jurídicas, ideológicas e culturais) nacionais e internacionais. Apesar dessa pluralidade das memórias em disputa, isso não apaga o fato da legitimidade até os dias atuais, da transmissão das experiências subjetivas. Na próxima seção apresentaremos a atividade extensionista e seus resultados.

831

### **“O tempo é sua morada”: pesquisa /extensão em Fundamentos históricos metodológicos do Serviço Social**

Trago no peito costuradas  
Contas de memória fresca  
(O tempo é sua morada – Francisco el Hombre)

O ciclo de memórias do Serviço Social na ditadura foi realizado de setembro de 2023 até novembro de 2024<sup>4</sup>. Os procedimentos para sua realização foram: contato via correio

<sup>4</sup> O título faz referência à música “*O Tempo é sua morada*” da banda Francisco el Hombre, que traz uma reflexão poética sobre a passagem do tempo e a forma como as memórias e o luto são processados.

eletrônico contendo a carta-convite, o termo de consentimento informado e roteiro,<sup>5</sup> organizados a partir dos eixos da investigação da incidência das lutas democráticas na profissão<sup>6</sup> a serem tratados na apresentação durante a atividade. A metodologia utilizada na extensão perpassou pelos pressupostos da pesquisa-ação enquanto um caminho prático da investigação, a partir de depoimentos públicos realizados de forma aberta aos inscritos na atividade de extensão denominada Ciclos de Memória. Tais depoimentos foram sistematizados por meio de transcrições e submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2002), considerando os eixos previamente estabelecidos no roteiro. Os ciclos implicaram em uma dupla função: primeiro enquanto processo de democratização da memória profissional na ditadura, cujo objetivo prático foi desencadear um processo de conscientização histórica. Já a segunda, atende ao objetivo da pesquisa em obter informações por meio de depoimentos, da memória profissional no período da ditadura (Thiollent, 2018).

Portanto, a atividade extensionista buscou colaborar no processo de consciência histórica junto à comunidade universitária por meio do debate das expressões das lutas democráticas<sup>7</sup> na trama das memórias profissionais atrelados aos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1964-1985. Entendemos que,

A história, enquanto construção de homens e mulheres, remete a um conjunto de ações e fenômenos que se processam na sociedade. Embora tenham existido, nem todas as ações estão registradas, documentadas, catalogadas, razão pela qual a historiografia se faz tão importante para a produção científica e para a vida das sociedades. Com a historiografia, torna-se possível o registro da história, por meio do acesso a diferentes tipos de fontes: livros, artigos, cartas, documentos, pessoais, fotografias, entre outras (Andrade, *et al.*, 2024, p. 3).

Durante a execução da atividade buscamos a problematização da temática relativa ao aprofundamento de elementos abordados na pesquisa. Entendemos que “a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (Freire, 1983, p. 50). Neste sentido, a extensão enquanto uma ação comunicativa e dialógica deve considerar:

<sup>5</sup> O roteiro foi elaborado abordando os seguintes aspectos: identificação; lutas democráticas e militância; formação e trabalho vinculados aos impactos da ditadura; organização política; movimento estudantil; estágio e trabalho de conclusão de curso.

<sup>6</sup> O objetivo geral da pesquisa é analisar o Serviço Social no Rio de Janeiro em seu enlace com as lutas democráticas visando identificar processos críticos de erosão dos fundamentos tradicionais e conservadores da profissão nas décadas 1960, 1970 e 1980. A investigação teve como base: revisão bibliográfica, coleta de documentos históricos na Faculdade de Serviço Social e a organização digital do material no google drive com a intenção de construir um acervo.

<sup>7</sup> Compreendemos que as lutas democratizantes e suas experiências concretas jamais se circunscrevem apenas à forma de governo: referem-se ao conjunto das relações sociais nas quais emergem. Elas tendem a questionar o controle dos meios sociais de produção e, sob o capitalismo, evidenciam a distância crescente entre a socialização da produção e o controle privado do capital sobre os meios de existência (Fontes, 2019).

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados (Freire, 1983, p. 45).

Além disso, o projeto visou contribuir no adensamento do ensino em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, no qual o uso da memória profissional foi um recurso pedagógico de sensibilização da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. Concordamos com Freire (1983, p. 33), que ressalta:

(...) o fato histórico não pode ser simplesmente narrado com este gosto excessivo pelo pormenor das datas, reduzido assim a algo estático que se põe no calendário que o fixa. (...) é necessário problematizar o fato mesmo ao educando. Necessário que ele reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu. Poder-se-ia dizer que esta é a tarefa própria de um professor de História; a de situar, na totalidade, a "parcialidade" de um fato histórico. Parece-nos, entretanto, que sua tarefa primordial não é esta, mas a de, problematizando a seus alunos, possibilitar-lhes o ir-se exercitando em pensar criticamente, tirando suas próprias interpretações do porquê dos fatos.

O trabalho de extensão e comunicação se concentrou nas memórias coletivas relacionadas a eventos históricos no Rio de Janeiro, abrangendo as experiências de seis depoentes como estudantes, professores e profissionais. Essas experiências ocorreram em diferentes momentos da ditadura, entre 1964 e 1985.

Buarque (2008) aponta que no final dos anos de 1950 a Europa vivenciava uma sequência inédita de guerras de descolonização, que transformaram o perfil não só econômico, mas sobretudo cultural do chamado "Primeiro Mundo". No Brasil, a juventude dos anos de 1960, impulsionada pela experiência social e pelo engajamento na luta cultural, atualizou, à sua maneira, a luta internacional pelas minorias. Como resultado, a produção cultural brasileira do início dos anos de 1960 alcançou um patamar crescente de engajamento, sendo diretamente marcada pelos temas do debate político. Para Buarque (2008, p. 206), "seja nas produções de traços populistas, seja na produção das vanguardas experimentais, os temas da modernização, do nacionalismo ou da 'fé no povo' informam a urgência de uma arte participante e a crença no alcance revolucionário da arte e da palavra poética".

A cidade do Rio de Janeiro foi importante sede do movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), de modo que abrigou diferentes experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) sob o comando da UNE. Esse movimento reuniu um conjunto de jovens artistas (dramaturgos, atores, compositores, cineastas, artistas plásticos, poetas), líderes estudantis e pessoas interessadas que possuíam um projeto intelectual comum: a elaboração

imperiosa de uma “cultura popular” em confronto com as expressões artísticas vigentes (Berlinck, 1984, p. 05). Nesse período, houve avanço das práticas de cultura popular e alfabetização no Rio de Janeiro pela Campanha de Alfabetização da UNE e pelo Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense. Também, enquanto antiga capital do país, abrigou importantes segmentos da intelectualidade, das artes e do movimento estudantil<sup>8</sup> da UNE.

Em 1962 foi criada a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), vinculada à UNE<sup>9</sup>. No Serviço Social brasileiro, a militância estudantil se devolveu por meio das organizações católicas, muitas vezes marcada pela trajetória de participação ainda no ensino secundarista na Ação Católica (JEC - Juventude Estudantil Católica). De modo que ao se inserir no ambiente universitário, ingressaram na Juventude Universitária Católica (JUC).

Conforme Becker (2021), no contexto do Serviço Social brasileiro, a JUC continuava seu trabalho de militância e formulação teórica (consciência histórica, responsabilidade política e transformação social). Discutiam a possibilidade de reformas profundas ou até mesmo uma revolução no Brasil, indo além do Governo Federal. O Evangelho era reinterpretado: Cristo, além de santo, era um revolucionário, sacrificado por seus ideais de justiça e distribuição de riquezas. Devido à necessidade de assumir uma posição política mais livre da Igreja Católica, um grupo significativo de militantes, sobretudo no movimento estudantil, criou a Ação Popular<sup>10</sup> (AP), um movimento independente da Ação Católica. Para Ridenti (1998) a história da AP foi marcada pelo seu romantismo revolucionário – romantismo entendido como "uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado. O romantismo revolucionário se caracterizava por uma busca de instaurar um futuro novo, no qual a humanidade estaria guiada por qualidades e valores de comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida; apostando numa utopia anticapitalista alicerçada no passado. Atrelado a esses aspectos, o romantismo

<sup>8</sup> Para Netto (2015), as bases sociopolíticas que impulsionaram a erosão do Serviço Social tradicional e conservador na virada crítica foram: 1) as atividades relacionadas ao Desenvolvimento de Comunidade; 2) mudança crítica na Igreja Católica; 3) aproximação com concepções progressistas das ciências sociais; 4) Movimento Estudantil articulado às lutas e movimentos sociais da época.

<sup>9</sup> Alves (2022, p. 15) em sua pesquisa sobre as resistências das mulheres do Serviço Social na ditadura aponta que foi neste contexto histórico que estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social, inseridos na luta política, sofreram violações de direitos e violências. Em 1960, houve um amadurecimento da crítica profissional ao conservadorismo e seus compromissos de classe, contudo foi reprimida pelo terrorismo do Estado. No período de 1960-1963 representou, um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura, bem como processos de conscientização e politização de operários, camponeses, estudantes e intelectuais (Ammann, 2003).

<sup>10</sup> A trajetória da Ação Popular (AP), do cristianismo da Ação Católica no final dos anos 50 e início dos 60, passando pela influência guevarista, até a adesão ao maoísmo, em 1968, e sua dissolução no início da década de 80.

revolucionário enfatizava a prática, a ação, a coragem, a disposição, a vontade de transformação. A AP no período de 1962-1964 procurou ampliar o seu trabalho de base, mantendo sua atuação no segmento estudantil junto com a inserção em trabalhos com operários e camponeses, orientação política que favoreceu o contato com experiências educativas inspiradas no pensamento de Freire (Closs, *et al.*, 2021)

Nos anos de 1960 a crítica à universidade e à sua relação com a sociedade era um fator determinante para os movimentos estudantis. A agenda política desses movimentos incluía, portanto, a necessidade de estabelecer novas relações entre a universidade e a "comunidade". Segundo Faleiros (2021), inúmeros estudantes de Serviço Social em diversas cidades brasileiras participaram de experiências com círculos de cultura e o método Paulo Freire. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 resultou na interrupção e criminalização da maioria dessas iniciativas. Um exemplo disso é o caso em Ribeirão Preto, onde o proprietário da Faculdade de Serviço Social denunciou à Polícia os estudantes envolvidos na organização e mobilização popular, o que levou à prisão ou interrogatório deles. A capital carioca se destacou por vivenciar intensos movimentos culturais, especialmente através das experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) (Berlinck, 1984). O golpe civil-militar de 1964 foi a causa fundamental do fim do CPC da UNE, cuja sede foi destruída em 1º de abril. A curta experiência estética e política do CPC transformou-o em "mito". Ex-cepecistas tentaram manter a aliança de classes popular-revolucionária com o Grupo Opinião, buscando recuperar a dialética forma e conteúdo para montar espetáculos engajados, como o "Show Opinião" de 1964. Contudo, essa alternativa foi afetada pelo AI-5 (1968) e o endurecimento do regime, além de receber críticas de parte da esquerda por manter "representações romantizadas" do "povo engajado" (Chaves, 2021).

No que concerne ao Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua efervescência cultural e estudantil, sua trajetória foi marcada pela intensa atuação do CBCISS, o qual, por sua vez, fomentou discussões acerca das vertentes da Modernização Conservadora e da Reatualização do Conservadorismo. A seguir, apresenta-se o quadro dos/as depoentes, destacando dados referentes ao período de ingresso e conclusão do curso de graduação em Serviço Social no Rio de Janeiro:

Quadro 1 - Apresentação dos sujeitos depoentes no Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura.

Nome	Período Graduação/Local	Atuação	Articulação política
Miriam Calvalcanti	1965-1968 UERJ	Estudante/Profissional	Movimento Estudantil
Maria Inês Bravo	1968-1971 Universidade Gama Filho	Assistente Social na saúde	Movimento Estudantil PCB/Movimento da Reforma Sanitária
Ana Maria Vasconcelos	1968-1972 UFF	Assistente Social na saúde	Movimento Estudantil Sindicato profissional
Paulo Roberto	1977-1981 UERJ	Estudante/Professor UERJ	Movimento de bairro
Magali Almeida	1974-1978 UNISUAM	Estudante/Profissional	Movimento Negro/CRESS
Ney Almeida	1982-1986 UERJ	Estudante/Professor	Movimento Estudantil

Fonte: Elaboração própria da equipe de extensão, a partir dos depoimentos coletados em 2025.

O quadro evidencia que o ingresso no curso de Serviço Social se deu em momentos distintos da ditadura, observamos que as três primeiras depoentes (Miriam Cavalcanti, Maria Inês Bravo e Ana Maria Vasconcelos) vivenciaram o período dos Atos Institucionais (AI) que foram utilizados como ferramenta de controle e centralização do poder. Já em abril de 1964 o AI nº 1 suspendeu os direitos políticos e legalizou o que ficou conhecido como “operação limpeza”, tendo como alvo possíveis opositores da ditadura nas instituições públicas e movimentos sociais, o que se tornou uma constante nos anos seguintes. Esse quadro foi agudizado com o AI nº 5, iniciando os “tempos de chumbo”, marcados pela suspensão do *habeas corpus* e pela perseguição violenta sob tutela do Estado. Por meio dos depoimentos, podemos verificar a dinâmica de repressão-resistência e a importância do movimento estudantil:

As reuniões eram meio clandestinas (1965), mais ou menos. A gente marcava encontro aqui por perto, e íamos subindo as rampas até o local da reunião, e às vezes acendendo fósforos. (...) A juventude tem uma vantagem, que sempre acredita que está imune, mesmo quando tem medo, ela é tão forte. (...) quem organizava essas reuniões era o Diretório Central dos Estudantes, a tarefa deles era identificar nas faculdades se haviam estudantes de esquerda para formar chapas para compor o Diretório (Miriam Cavalcanti, 2024).

A repressão veio primeiro nas universidades públicas e depois nas universidades particulares. (...). Então, naquela época, as universidades particulares, Santa Úrsula, PUC-RJ, Gama Filho, tinham certa liberdade. Por exemplo, eu cheguei na Gama Filho no início de 68, tinha Centro Acadêmico, (...), eles não fecharam nem na PUC e nem na Gama Filho. Os outros Centros Acadêmicos estavam fechados nas outras universidades federais. Teve um movimento em 1968 muito importante, que contou com uma forte

mobilização dos estudantes, principalmente os estudantes das federais, que tinham fechado seus CEAs e seus DCEs e iam realizar o congresso de Ibiúna no segundo semestre de 68 (Maria Inês Bravo, 2024).

A gente tinha medo de tudo, a gente tinha medo de falar, porque as pessoas estavam desaparecendo. A presidente do Centro Acadêmico (UFF), desapareceu e a gente não sabe para onde. A gente ia para as passeatas. A minha família, não deixava. Aí eu inventava, ia para estágio e ia para as passeatas. A gente levava panfleto e era aquela confusão, então a gente contestava dentro de sala e fora dela. Todas as pessoas que a gente conhecia participavam do movimento estudantil (Ana Maria Vasconcelos, 2024).

Nas décadas de 1960 e 1970, a juventude assumiu um papel central, tornando-se protagonista de movimentos sociais mais impactantes do que os observados nas décadas anteriores. Mundialmente, fenômenos como os movimentos de contracultura e as lutas estudantis se disseminaram, posicionando a juventude como um agente de contestação radical da ordem política, cultural e moral vigente. Nesse cenário, o movimento estudantil ganhou força e se politizou intensamente, não apenas no Brasil, mas em escala global, alcançando inclusive os regimes socialistas (Menegozzo, 2016).

Os depoimentos também retratam os efeitos do autoritarismo e violência institucionalizada, que, após o golpe civil-militar de abril de 1964, colocaram os estudantes e as lideranças estudantis como alvo de grande repressão e na clandestinidade. Por exemplo, a UNE, foi posta na ilegalidade e sua sede foi incendiada pelos militares. Também sofreram perseguição a União Estadual dos Estudantes (UEE) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) durante todo período ditatorial. Buarque (2008, p. 210) salienta que o golpe de 1964 surpreendeu estudantes e artistas, desarticulando seus projetos de transformação social por confronto de classes. A UNE perdeu apoio e atuou em semiclandestinidade. A agressiva censura e outras consequências se impuseram após o Primeiro de Abril (Chaves, 2020).

As depoentes ressaltam o período de 1968, que foi marcado pela ampla e forte mobilização de artistas, intelectuais e estudantes contrários ao regime. Essa mobilização ecoou na passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, e no Congresso clandestino de Ibiúna, em São Paulo, promovido pela UNE, no qual o movimento estudantil do Serviço Social aderiu à tese militante da APML (Ação Popular Marxista Leninista). Esse segmento político defendia que o foco da formação deveria ser centrado na realidade brasileira e no modo de produção capitalista. Igualmente, argumentava na defesa dos direitos dos segmentos atingidos pela repressão militar e o compromisso com os trabalhadores (Abramides, 2016).

Nos relatos destacados acima, com ênfase no de Ana Maria Vasconcelos, identificamos a intensa participação dos estudantes na construção das lutas diante de um cenário permeado pela contradição entre o medo da repressão e a vontade de enfrentar a bruta realidadeposta. Na

mesma medida em que os estudantes se depararam com o trágico sumiço de companheiros de curso e a censura de entidades estudantis, também enxergavam a necessidade de se organizar e compor manifestações contra o regime militar. Também podemos observar que a posição crítica adotada por muitos estudantes de Serviço Social na época, se expressou em uma composição de muitos profissionais alinhados com um enfrentamento massivo ao conservadorismo, que tentava e tenta se renovar na categoria. Muitos dos sujeitos que estavam nos centros acadêmicos e nas frentes de luta agora são professores, assistentes sociais formados, que compartilham a memória viva como ferramenta de luta e resistência.

Já os três assistentes sociais, Paulo Roberto, Magali Almeida e Ney Almeida, concluíram a formação no processo de distensão da ditadura e redemocratização. Para Serra (2009), a partir de 1975 houve mudança na profissão no sentido de pôr novas alternativas ao trabalho profissional vinculadas à tradição marxista. Também, nesse período, fundou-se os cursos de mestrado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais cursos contribuíram na mudança crítica, na ação político-organizativa do Serviço Social. Concomitantemente, este período marca o início da crise do regime ditatorial com esgotamento do milagre econômico, que se intensificará até 1978. Ou seja, é nesse período que se evidencia na cena pública a retomada das lutas democráticas por diferentes movimentos sociais (trabalhadores, negros, mulheres) e por pautas que exigem democratização das estruturas institucionais em diversos campos sócio-ocupacionais.

No testemunho do professor Paulo Roberto, tornam-se evidentes indícios dessas transformações. Ele narra que, em 1978, a FSS/UERJ foi submetida a uma renovação do seu corpo docente e da matriz curricular do curso, o que, em sua análise, sinalizava a perspectiva de modernização e também uma convergência com o espectro progressista que se apontava no período.

Além de alguma coisa tradicional, todos eles (os novos professores) já utilizavam a literatura da chamada reconceituação, então a gente via muito espanhol. O espanhol era uma língua normal da disciplina de todos esses professores. Eram produções do CELATS e da editora Humanitas da Argentina. [...] Já se lia alguma coisa de Marx, por meio desses autores. [...] o método BH líamos uma edição bem precária, cópia do manuscrito, alguma coisa da Leila Lima Santos publicada pelo CELATS (Paulo Roberto, 2023).

A turma de formandos de 1981, em um gesto de homenagem à cultura e à reflexão social, escolheu o nome "Operários em Construção", remetendo ao emblemático poema de Vinícius de Moraes. Essa escolha, por si só, carregava um significado de compromisso com a transformação e o trabalho contínuo, espelhando talvez a visão que os estudantes tinham de sua futura atuação profissional. Para paraninfo a turma elegeu o Professor Vicente Faleiros, uma

figura certamente influente e respeitada no meio acadêmico, cuja presença endossava o espírito e os valores daquela coorte de formandos. Contudo, um dos momentos mais marcantes e representativos do clima da época ocorreu durante a cerimônia de formatura. Motivados por uma insatisfação com a natureza e o conteúdo do juramento oficial, os estudantes empreenderam a elaboração de uma nova versão do texto. Infelizmente, essa manifestação de autonomia e pensamento crítico foi abruptamente censurada. O texto alternativo, fruto da reflexão coletiva da turma, foi vetado e interrompido pelo vice-diretor quando seria lido publicamente. Este episódio não foi um evento isolado, mas sim um reflexo direto e incisivo do contexto político e institucional autoritário que permeava a academia naquele período. A censura exercida pelo vice-diretor era sintomática de uma estrutura de poder centralizada, na qual a autonomia universitária era severamente restringida. O fato de gestores e diretores serem nomeados diretamente pelo reitor e não eleitos pela comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos) criava um ambiente onde a lealdade à hierarquia e o controle ideológico frequentemente se sobreponham à liberdade de expressão e ao debate democrático. A intervenção na leitura do juramento alternativo serviu como um lembrete vívido das limitações impostas à livre manifestação dentro da própria universidade.

Essa ambiência política de autoritarismo institucional teve um impacto significativo e catalisador no movimento estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O descontentamento acumulado culminou na histórica greve dos estudantes de Serviço Social em 1982, um marco de resistência dentro da universidade. Essa paralisação não foi um evento isolado, mas sim uma resposta direta e contundente às ações de cunho autoritário promovidas pela administração da época. A motivação central da greve foi a demissão sumária e injustificada de cinco importantes docentes do curso de Serviço Social: Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia, Maria Helena Rauta Ramos e Rose Mary Sousa Serra. É crucial destacar o perfil dessas professoras. Todas estavam profundamente envolvidas e eram militantes ativas no movimento de renovação crítica que, naquele período, se expandia e ganhava força no Serviço Social brasileiro. Essa corrente de pensamento propunha uma reorientação da profissão, rompendo com o conservadorismo e adotando uma perspectiva mais crítica, engajada e sintonizada com as demandas sociais e a luta por redemocratização do país. A demissão delas foi vista, portanto, como uma tentativa de cercar o debate e reprimir o pensamento crítico dentro da universidade. A adesão à greve foi ampla, demonstrando a solidariedade e o engajamento dos estudantes com a causa da renovação e contra o autoritarismo. O professor Ney Luiz de Almeida teve participação ativa e relevante nesse movimento grevista estudantil. A greve de 1982 na UERJ se consolidou, assim, como um

importante episódio de luta pela democratização universitária e pela manutenção da autonomia de pensamento no Serviço Social.

Eu comecei o curso em 1982 com 30 dias de início das aulas, o pessoal do centro acadêmico passou nas turmas falando que 5 professoras tinham sido demitidas [...] com 30 dias de aula não entendi muito bem, mas aquilo me incomodou. [...] E o fato mais marcante, é que um grupo conversou com a professora, que era a Ana Jacó, professora de psicologia. Falamos, “professora, nós estamos interessados em ir à reunião, aí ela respondeu, “é uma questão do curso de vocês, vão pedir autorização?! Vocês precisam decidir se vão ou não.” Então nós saímos da aula, em torno de 5 ou 6 alunos, a maior parte não saiu. E daí nos envolvemos nesse processo. Mas, 5 dias depois da Páscoa, quando a gente volta, a unidade está lacrada, porque o diretor já sabendo desse movimento destituuiu as professoras e falou que iria fazer uma mudança no curso e que precisava de uns dias, contando que iria desmobilizar o movimento estudantil. [...]. Tínhamos militantes das frações políticas mais atuantes. Com o apoio também muito forte dos centros acadêmicos da geologia, da história, da química e alguns estudantes do direito. Então, inicialmente deflagramos uma greve por tempo indeterminado, tentamos negociar com o diretor, mas não houve acordo, então essa greve se estendeu por 35 dias. Foi a primeira greve a parar a UERJ de fato. Essa greve acabou tendo condições de retomar o processo de contratação das professoras, com exceção de uma, a professora Rose Serra, porque era substituta (Ney L. de Almeida, 2023).

A greve estudantil transbordou os muros institucionais da FSS-UERJ, desencadeando mobilizações que levaram a uma greve geral dos estudantes na UERJ em apoio às demandas dos discentes do Serviço Social. Além disso, a greve estudantil estreitou seus vínculos com a organização sindical da categoria e desencadeou a criação do currículo de 1985, balizado em pressupostos teóricos da tradição marxista na formação da FSS-UERJ (Cislaghi; Brandt, 2014). Evidencia-se que o contexto político de mobilização pela democratização da universidade e do país forjaram o processo de revisão curricular e debate em torno do projeto de formação na FSS/UERJ. O depoente afirmou ainda que esse processo político da década de 1980 marcou profundamente a forma como as eleições internas são realizadas até o tempo presente na unidade, prezando pela paridade e ampla participação, ou seja, transformou-se numa cultura política. Essa experiência histórica de mobilização dos estudantes da FSS/UERJ reflete a reconstrução institucional do movimento estudantil, que se deu no contexto de uma onda de protestos em 1977 e culminou com a refundação da UNE, em 1979. Essa conjuntura permitiu ao movimento estudantil alcançar significativa visibilidade e ser reconhecido como uma força relevante no processo de abertura política (Menegozzo, 2016).

O depoimento da Professora Magali Almeida enfatiza o Movimento Negro no Rio de Janeiro e a sua participação no Movimento Black Rio, que promoviam bailes dos ritmos predominante soul<sup>11</sup>. Conforme Pedretti (2022, p. 12):

Não é uma coincidência que os bailes soul tenham surgido na mesma época em que nascia o chamado Movimento Negro Contemporâneo, ou dos Anos 70, que apresentava dois pontos principais em sua agenda: a denúncia, como farsa, do mito da “democracia racial” e a construção de uma identidade negra positiva, baseada na afirmação da história e da cultura da África e da Diáspora Africana, e também na valorização do fenótipo negro. E os bailes soul, com a promoção de uma estética afro, deram sua contribuição importante a esse processo.

Conforme o depoimento da professora Magali da Silva Almeida, enquanto mulher negra e uma das protagonistas do debate étnico racial, em seus relatos presentes no ciclo podemos observar memórias subterrâneas, definidas por Pollak (1989) como as memórias enterradas pelos vitoriosos na disputa de narrativas. Ou seja, a partir da dominação capitalista, a memória hegemônica promove um apagamento das vivências e lutas das minorias implementando um consenso de memória coletiva acerca de momentos históricos, que enterra os grupos sociais oprimidos pela coerção no esquecimento. Um exemplo disso é o silêncio disseminado sobre os bailes black no Brasil, que surgiram como uma das principais formas de organização negra no século XX e despontaram na formação do MNU (Movimento Negro Unificado), ocupando papel central como espaço de fortalecimento e reafirmação do que é ser negro, da construção da autoestima e carregando o slogan “negro é lindo”.

Entendemos que a depoente revive sua memória nesses bailes como parte de sua formação política, nos é permitido olhar para a história de outra forma, enxergando essa manifestação cultural também enquanto manifestação política e teórica do Movimento Negro, pois nas palavras dela “a gente lutava, dançava, mas também formulava”.

Juntamente a esse desenterrar da memória, que nos fornece novos elementos para análise da história, o depoimento volta o nosso olhar para o fortalecimento do mito da democracia racial durante a ditadura, que como ideologia impregnada na sociedade, também se fez presente nos movimentos sociais e no Serviço Social. Ela relata como um momento em que os avanços travados no campo teórico no que diz respeito à questão étnico racial, foram cessados pela censura, perseguição de pesquisadores e movimentos que levantaram o debate nas ciências sociais, trazendo o exemplo de Clóvis Moura e a perseguição policial sofrida pelo autor, que tinha o racismo e o escravismo enquanto categorias centrais da sua obra. Além disso,

<sup>11</sup> O surgimento do soul vincula-se ao milagre econômico e ao avanço da chamada indústria cultural. Os bailes ganharam destaque e passaram a chamar atenção das gravadoras, que logo perceberam o potencial comercial daquele público de milhares de jovens (Pedretti, 2022).

no que diz respeito à construção teórica da professora, foi relatado acerca das leituras clandestinas que ela teve contato durante a graduação, visto que não se falava abertamente sobre reconceituação e movimentos sociais em sua universidade.

Para Magali Almeida (2024), “a ditadura fez um estrago ao impedir de lembrar quem somos nós” enquanto povo negro, o que ao mesmo tempo que dificultou a organização da luta coletiva, fez gritar a necessidade de construção de um movimento negro unificado, concretizado nos anos 1980. O efervescer dessa organização trouxe mudanças diretas para o Serviço Social, que passava pelo seu momento de renovação crítica no Brasil. Das contribuições identificadas no ciclo, podemos pontuar a movimentação pela integração da categoria na organização da marcha contra a farsa da abolição, em que Magali atuou na posição de coordenadora do CRAS (Conselho Regional de Assistentes Sociais), atual CRESS. Além disso, tem-se o início de um coletivo negro no Serviço Social, fomentado principalmente no eixo Rio-São Paulo, em que Magali e outras assistentes sociais negras fomentaram a publicação de artigos debatendo o racismo.

Ainda é interessante observar a importância da cultura para os depoentes, vejamos alguns exemplos ilustrativos:

[...]. Diante desse processo de ofensiva moral, intelectual que o racismo propõe, eu acho que a classe trabalhadora -que o Clóvis Moura vai falar disso-, o que resta para nós é a cultura. A cultura é quem vai nos alimentar a memória de referências positivas, de beleza. Eu trouxe essa foto dos anos 70, que mesmo a ditadura matando, a galera dançava, e dançava muito (Magali Almeida, 2024).

Na faculdade, no primeiro ano que entramos, tínhamos uma fantasia, muito inspirada no que eram nos filmes americanos, como no filme “Juventude Transviada<sup>12</sup>”, tinha-se essa ideia, o que podia parecer ser meio estranho estando numa Ditadura (Miriam Cavalcante, 2024).

Olha aqui, quer dizer, em outubro, você tem o Congresso de Ibiúna. Em setembro, você tem o Festival da Canção<sup>13</sup>. Esse festival, o terceiro, foi o mais importante na época. Porque os festivais foram importantes, foram todos eles, quer dizer, Gil, Caetano, Chico, Edu Lobo, enfim. Então, todos esses foram fundamentais e cresceram, e apareceram. Realmente, foi fundamental para os festivais (Maria Inês Bravo, 2024).

O cenário artístico que se abria na passagem dos anos 70 aos anos 80. A cena artística cultural também era forte. Foi um momento que se criou um momento

<sup>12</sup> O filme aborda a busca por identidade e o confronto com as normas sociais, ele se tornou um símbolo da adolescência e da rebeldia, além disso, o protagonista representa a frustração e o questionamento dos jovens em relação às figuras de autoridade, como seus pais.

<sup>13</sup> O Festival Internacional da Canção (FIC), promovido pela TV Globo de 1966 a 1972, teve seu evento de 1968 (III FIC) como crucial para a MPB. Além de lançar artistas e obras, esse festival refletiu a complexa situação política e cultural do país, destacando-se o lançamento de "Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores", de Geraldo Vandré, hino da juventude contra a ditadura.

antes e depois do circo voador. Havia efervescência cultural no teatro, na música (Ney Almeida, 2023).

Com base nos relatos dos/as depoentes, observamos a ocorrência de um processo de radicalização da cultura ao longo das diferentes conjunturas, conforme a análise de Acosta (2008), que considera a "cultura radical" resultante da articulação entre a ascensão da classe operária e as posições de outras camadas sociais, como as classes médias e os intelectuais. Estes últimos são cruciais como mediadores para a consolidação do "bloco histórico". Paralelamente, as transformações técnico-materiais na produção industrial, impulsionadas pela financeirização, reconfiguraram as relações entre trabalho manual e intelectual na geração de valor, o que, por sua vez, redefiniu as relações entre as esferas econômica e político-cultural. Além disso, Acosta (2008) salienta que, no Serviço Social, seus desdobramentos se manifestaram na renovação profissional como uma refração na cultura profissional. Este processo vincula-se à luta da classe trabalhadora pela direção intelectual e moral do conjunto da sociedade, angariando a adesão das camadas médias para seu campo e, com elas, a dos intelectuais. Ademais, essa manifestação na renovação profissional assumiu suas formas mais radicalizadas na América Latina sob a denominação de Movimento de Reconceituação.

Segundo Duriguetto *et al.* (2021), o "Método de BH" (1969-1975) na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, ligado à Reconceituação, baseou-se na resistência à ditadura, alinhando o Serviço Social aos interesses das classes subalternas. Devido às condições ditatoriais e correlação de forças desfavorável, a experiência mineira permaneceu isolada e minoritária, sendo resgatada no final dos anos de 1970, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras.

Em suma, os depoimentos analisados, abrangendo diversos períodos e militâncias políticas, evidenciaram a dinâmica de repressão e resistência característica do período da ditadura. Destaca-se a importância da organização estudantil como elemento articulador com as lutas pela democracia e na formação profissional em um sentido mais amplo. Conclui-se que, apesar das contradições de realidade imporem limites aos indivíduos, elas também fornecem os recursos necessários para o avanço das lutas sociais.

843

### “Tempo rei”: considerações finais

Não me iludo  
Tudo permanecerá do jeito  
Que tem sido  
Transcorrendo  
Transformando  
Tempo e espaço navegando todos os sentidos  
(Tempo Rei – Gilberto Gil, 1983)

A análise dos depoimentos permitiu constatar a relevância da militância estudantil na formação política dos assistentes sociais. O movimento estudantil, ao se configurar como um elo entre as lutas democráticas e a comunidade universitária, deflagrou um intenso processo de politização na formação profissional com refrações no exercício profissional. Tal politização manifestava-se na denúncia da violência e da censura estatal, bem como na atenção às demandas das classes trabalhadoras. Os relatos evidenciam uma juventude engajada em diversas frentes de lutas, incluindo entidades estudantis, o movimento negro e movimentos culturais.

Nos depoimentos de Miriam Cavalcante (2024) e Ana Maria Vasconcelos (2024), observamos o enfrentamento da clandestinidade por jovens que integravam espaços de organização e reuniões da juventude de esquerda. Em meio à repressão, estes se sentiam aptos a formular proposições e empreender lutas coletivas, reiterando a relevância das entidades estudantis na articulação da organização da classe trabalhadora no âmbito universitário, sendo a disputa pelo Diretório Central dos Estudantes o principal foco.

Já na apresentação pública de Maria Inês Bravo (2024), por sua vez, ressalta-se a importância da articulação latino-americana no período em que o Serviço Social passava pelo Movimento de Reconceituação. Enquanto estudante e, posteriormente, assistente social e docente, Bravo dedicou-se à participação em instâncias como conselhos universitários, reuniões e congressos da categoria. Outro ponto relevante em suas manifestações é a distinção na forma como a ditadura se manifestou nas universidades públicas em comparação com as universidades privadas (exemplificando sua faculdade situada na Universidade Gama Filho), indicando que dinâmicas distintas de repressão e resistência, consequentemente, repercutindo na organização das lutas democráticas, ocorreu primeiramente nas instituições públicas. O depoimento da professora Magali Almeida (2024) resgatou memórias de sua juventude enquanto estudante negra que sentiu a repressão e resistiu à censura se movendo contra o que era estabelecido como lugar do negro a partir do mito da democracia racial. Os bailes blacks foram destacados como espaços de formação e resistência, construindo parte do seu arcabouço político para posteriormente ocupar espaços deliberativos da profissão, como o (CRESS), levando a discussão das relações étnico raciais no momento de redemocratização.

Finalmente, nos relatos dos ex-alunos da UERJ e, posteriormente, docentes, Paulo Roberto (2023) e Ney Almeida (2023), é possível constatar a aproximação do Serviço Social da unidade com o arcabouço teórico que fundamentou a renovação crítica da profissão. Tais depoimentos permitiram a análise de elementos que compõem o contexto da greve de 1982 e a dimensão da luta estudantil na FSS-UERJ, que vivenciou a demissão e perseguição de diversos

estudantes e professores durante a distensão democrática na década de 1980, evidenciando que a resposta discente se baseou na organização coletiva e no diálogo do Serviço Social com outras unidades curriculares da universidade.

Analisando os relatos, observamos que o compartilhamento da memória por parte dos entrevistados estabeleceu uma importante relação dialética entre passado e presente, visto que ao realizarem a reflexão sobre esse fio temporal de onde vieram, até o momento e espaços que compõem agora, permitiram uma visualização dos ouvintes sobre elementos que constituem a posição crítica da categoria até os dias atuais. De forma geral, fica elucidado os desafios vividos pelo Serviço Social frente a efervescência dos movimentos sociais e lutas coletivas, demonstrando que, apesar dos desafios, a escolha desses estudantes por pautarem o enfrentamento ao regime nos permitiu, durante a construção deste projeto, ter o contato com relatos de profissionais que assumiram um compromisso com o lado crítico da história.

Entre os resultados alcançados pelo projeto, temos as contribuições no adensamento do ensino em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, utilizando a memória profissional enquanto um recurso pedagógico de sensibilização da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. Nesse processo, os discentes envolvidos com o projeto puderam ter um contato direto com relatos que ultrapassam os limites das salas de aula, proporcionando uma experiência dialética importante para formação, que despertou o interesse sobre a temática, tanto dos fundamentos, quanto da memória, se tornando objeto de pesquisa de alunos envolvidos.

Além disso, a experiência com o tratamento da memória também foi uma importante capacitação trazida pelo ciclo de debates, que em todos os momentos de coleta de relatos, tornou a exposição coletiva e aberta ao público, possibilitando que a extensão fizesse seu papel de contato entre a universidade e a sociedade civil, buscando fomentar uma “UERJ sem muros”.

Por fim, em tempos de ascensão do conservadorismo e tentativas constantes da extrema direita de construir uma narrativa favorável aos horrores da ditadura, espaços como o ciclo de debates reafirmam o enfrentamento crítico assumido pelo serviço social e pelas universidades públicas. A memória é ferramenta fundamental para construção da história e ao valorizar a memória oral enquanto instrumento de análise, temos como resultado a materialização do legado de luta de assistentes sociais que vivenciaram ativamente esse momento chave para toda categoria.

## Referências bibliográficas

- ABREU, M. M. *et al.* Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 593-608, 2009.
- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*. Nº. 117. 2016.
- ACOSTA, L. Cultura “radical” e Serviço Social. *Revista Praia Vermelha*, v.18 n.2 Rio de Janeiro jul./dez. 2008.
- AINDA ESTOU AQUI. Direção: Walter Salles. Brasil/França: VideoFilmes, RT Features, MACT Productions, Conspiração, Arte France Cinéma, Globoplay, 2024. Filme (Drama político), 138 min.
- ALVES, R. C. A didática da história e o confronto da cultura histórica: Consciência Histórica e Conscientização. In: NOGUEIRA, A. A.; ROSSI, A. L. D. C. (org.). *Cultura e consciência histórica – UNESP - Campus de Assis*, v. 2. 2024.
- ALVES, M. E. R. *História de um tempo sem memória*: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.
- AMMANN, S. *Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDRADE, R. F. C. de; SOUZA, I. L. de; COSTA, R. P. da. Serviço social e memória: a impescindibilidade da historiografia para a profissão. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8181, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8181>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- Becker, M. J. Memória da Esperança. In: Scheffer, *et al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- BERLINCK, M. T. *O centro popular de cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.
- BUARQUE, H. Descobertas, sonhos e desastres nos anos 60. *Revista Praia Vermelha*, v.18 n. 2 p. 205-212 jul./dez. 2008.
- CHAVES, R. CPC da UNE: Engajamento, romantismo revolucionário e literatura (1961-1964). In: *Politeia. História e Sociedade*. Vitoria da Conquista, v. 19, n. 2, p. 274-290, jul.-dez. 2021.
- CISLAGHI, J F; BRANDT, D B. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: VELOSO, R. S. *et al.* (org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ*: 70 anos de história. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CLOSS, T. *et al.* Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER *et al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- DURIGUETO, M. L. *et al.* A dimensão ideo-política no método pedagógico de Paulo Freire: questões e perspectivas investigativas para o Serviço Social a partir da experiência do Método BH. In: SCHEFFER *et.al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- FALEIROS, V. Cultura popular e luta dos oprimidos: interlocução entre Paulo Freire e Serviço Social In: SCHEFFER *et.al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- FONTES, V. Democracia e revolução. In: *Democracia em colapso*. Ed.Boitempo, SESC.2019.

- FRANCISCO, H. *O tempo é sua morada*. Intérprete: Francisco el Hombre. [S.l.]: Difusa Fronteira, 2023.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GIL, G. *Tempo rei*. Intérprete: Gilberto Gil. In: GILBERTO GIL. Extra. Rio de Janeiro: WEA, 1983. 1 disco sonoro (LP). Faixa 1.
- GÓMEZ, J. M. (coord.). Sobre violência, política e memória. In: MORGADO, R. (org.). *Lutas e resistências ao conservadorismo reacionário*: Jornada Internacional de Pesquisadores. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, (Coleção Carlos Nelson Coutinho; v.2) 2020.
- Groppi, L. A. Universidade e comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPE, Pelotas, n. 18, p. 97-119, set. 2005.
- GUERREIRO, E. L.M et al. *Nossa memória de muitos: 1965/1968* UEG (UERJ) Faculdade de Serviço Social. 1º ed. – Divino de São Lourenço, ES: Semente Editorial, 2019.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2008.
- IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. *A história pelo Avesso*: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, Cortez, 2021.
- Menegozzo, C. H. Bibliografia sobre estudantes e política no Brasil (1960-2003). *Revista Perseu*, Nº 11, Ano 7, 2016. <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/100>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- NAPOLITANO, M. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social*: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org). *Serviço Social no Brasil*: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- PEDRETTI, L. Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. [Recurso eletrônico] / Lucas Pedretti Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/dancando\\_na\\_mira\\_da\\_ditadura.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/dancando_na_mira_da_ditadura.pdf). Acesso em: 25 maio. 2025.
- PINTO, A. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Ministério da Educação e Cultura/ ISEB. 1960.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun./1989.
- RIDENTI, M. *O romantismo revolucionário da Ação Popular*: do cristianismo ao maoísmo. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.
- SERRA, R. Democracia e Serviço Social. *Revista Em Pauta*: Teoria Social e Realidade contemporânea, (19), 181–202. 2009.
- SILVA, B.M; Stampa, I. Serviço Social e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*. 2019.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa ação*. 18 ed. São Paulo. Cortez. 2018.
- VELOSO, C. Oração ao tempo. Intérprete: Caetano Veloso. In: VELOSO, Caetano. Cinema Transcendental. Rio de Janeiro: PolyGram/Philips, 1979. 1 disco sonoro. Faixa 1.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial. 2006.